



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE 2025

(Do Sr. Marcos Pollon).

Requer informações do Excelentíssimo Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, para prestar esclarecimentos a respeito da decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que autoriza a imposição de multas aos pais que não vacinarem seus filhos contra a COVID-19, conforme amplamente noticiado pela mídia.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam fornecidas informações a respeito da decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que autoriza a aplicação de multa para os pais que não vacinarem seus filhos contra a COVID-19, conforme amplamente noticiado pela mídia:¹.

Diante da relevância do tema e de seu impacto direto sobre a economia e os contribuintes brasileiros, solicito as seguintes informações:

1. O Ministério da Saúde tem conhecimento da decisão do STJ que autoriza a aplicação de multas aos pais que não vacinarem seus filhos contra a COVID-19? Caso positivo, qual a posição oficial do Ministério a respeito dessa decisão?
2. Qual é a avaliação do Ministério da Saúde sobre o impacto dessa decisão na adesão à vacinação infantil e na percepção da população sobre a obrigatoriedade das vacinas?

¹ <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/stj-autoriza-multa-para-pais-que-nao-vacinarem-filhos-contr-a-covid-19/>
<https://www.poder360.com.br/poder-justica/stj-define-multa-a-pais-que-nao-vacinarem-filhos-contr-a-covid/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 21/03/2025 18:52:59.027 - Mesa

RIC n.974/2025

3. O Ministério da Saúde entende que a aplicação de multas aos pais pode ser uma medida eficaz para aumentar a cobertura vacinal, ou existem outras alternativas mais adequadas para alcançar a imunização de crianças?
4. Existem outras medidas previstas pelo Ministério da Saúde para garantir que a vacinação infantil contra a COVID-19 seja feita de forma acessível e sem obstáculos para a população, especialmente em áreas remotas ou de difícil acesso?
5. Existe algum estudo ou avaliação prévia do impacto que a imposição de multas pode ter sobre a confiança da população nas políticas públicas de saúde, especialmente no que se refere ao direito à liberdade parental na decisão sobre a saúde de seus filhos?
6. O Ministério da Saúde considera que a imposição de multas deve ser uma medida subsidiária, ou há possibilidade de outras ações preventivas mais eficazes, como campanhas educacionais e parcerias com líderes comunitários, para estimular a adesão à vacinação infantil?
7. Como o Ministério da Saúde está trabalhando para garantir a transparência nas informações sobre as vacinas, e qual é o papel das plataformas digitais e da mídia nesse processo de disseminação da ciência e da educação em saúde?

JUSTIFICATIVA

A vacinação é um dos maiores avanços da saúde pública, responsável pela erradicação ou controle de diversas doenças infecciosas. No entanto, a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que autoriza a aplicação de multas para os pais que não vacinarem seus filhos contra a COVID-19, traz uma série de questionamentos e desafios tanto do ponto de vista legal quanto ético. A medida, embora tenha como objetivo aumentar a cobertura vacinal e proteger a saúde pública, também levanta questões sobre os direitos dos pais na decisão sobre a saúde dos filhos, além de possíveis repercussões no relacionamento entre a população e as autoridades sanitárias.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 21/03/2025 18:52:59.027 - Mesa

RIC n.974/2025

É importante destacar que a vacinação infantil contra a COVID-19 tem se mostrado uma ferramenta essencial na proteção das crianças contra formas graves da doença, especialmente com o surgimento de novas variantes. Contudo, a imposição de multas pode ser vista como uma medida extrema e, em alguns casos, pode gerar resistência entre os pais, prejudicando ainda mais a adesão às campanhas de vacinação. Nesse contexto, é crucial que o Ministério da Saúde forneça um esclarecimento detalhado sobre as razões que sustentam essa decisão e se existem outras alternativas menos coercitivas, mas igualmente eficazes.

Além disso, a medida pode gerar um debate importante sobre a liberdade de escolha dos pais em relação à saúde dos filhos. Embora a saúde pública seja uma prioridade, é necessário avaliar com cuidado como equilibrar o direito individual com o direito coletivo, sem comprometer a confiança da população nas políticas de saúde pública. A vacinação deve ser uma escolha informada e baseada na confiança em informações científicas e na clareza das autoridades de saúde, em vez de ser imposta por medidas punitivas.

A atuação do Ministério da Saúde é fundamental nesse momento, pois é o órgão responsável por coordenar as campanhas de vacinação e por disseminar informações claras e objetivas à população. O Ministério deve garantir que as campanhas de conscientização sejam amplas e eficazes, promovendo a vacinação de forma acessível, educativa e transparente. Também é importante considerar as desigualdades regionais e as dificuldades de acesso à saúde em algumas áreas do país, de forma que as políticas de vacinação se adaptem às necessidades locais.

Ademais, a implementação de medidas coercitivas, como a aplicação de multas, pode ter efeitos negativos, como o aumento da desinformação e do ceticismo sobre as vacinas. A educação e a informação correta sobre os benefícios da vacinação são fundamentais para aumentar a adesão voluntária, o que representa a melhor forma de promover a saúde pública sem gerar confrontos ou desconfiança por parte da população.

Em vista disso, este requerimento busca obter esclarecimentos sobre as ações do Ministério da Saúde em relação a essa medida. É necessário que o Estado atue com





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

sensibilidade e transparência, buscando soluções que não apenas promovam a saúde pública, mas também respeitem os direitos dos cidadãos e a liberdade individual.

Certos da compreensão e do compromisso desta Casa Legislativa com a fiscalização de interesse público, solicitamos a inclusão deste requerimento na pauta de deliberações, para que possamos avançar na busca por respostas e soluções.

Sala das Sessões, em __ de março de 2025.

Deputado Federal Marcos Pollon

PL-MS

Apresentação: 21/03/2025 18:52:59.027 - Mesa

RIC n.974/2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258224447400>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Pollon

